



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0005349-52.2011.8.26.0566/01**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Exequente: **Eder José Candido**  
 Executado: **Unicep Centro Universitário Paulista**

Juiz de Direito: **Dr. Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

**AUBERTY DE GODOY BUENO e EDER JOSÉ CANDIDO** propuseram ação de indenização por danos materiais e morais contra UNICEP – Centro Universitário Paulista.

Foi proferida sentença às fls. 340/347.

Com relação ao autor Eder, o feito foi extinto sem a análise do mérito.

Já com relação ao autor Auberty, condenou-se a ré a pagar-lhe R\$ 21.800,00, a título de danos morais; bem como a fornecer ou custear curso complementar para que gradue em Licenciatura Plena em Educação Física; e pagar o transporte relativo a duas passagens de transporte público coletivo por dia letivo, a ser apurado em fase de liquidação.

Sobrevieram recursos de apelação de ambas as partes.

O apelo do autor foi desprovido, já ao do réu foi dado parcial provimento, reduzindo-se a indenização por danos morais para R\$ 15.00,00, conforme acórdão de fls. 418/428.

Houve oposição de embargos de declaração pela ré, os quais foram rejeitados, consoante fls. 445/450. Também houve interposição de recurso especial, que foi negado seguimento, conforme fls. 485/486.

Iniciada fase de execução, após intimação, a executada pagou a importância atualizada relativa aos danos morais, conforme fls. 531 e 553.

Para a indenização relativa às passagens de transporte, foi iniciada a fase de liquidação (fls. 576/577).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Impugnação à liquidação às fls. 583/584.

Réplica às fls. 591/593.

Foi realizada audiência de conciliação, porém restou infrutífera (fl. 619).

Laudo Pericial às fls. 662/688.

Houve manifestação das partes sobre o laudo (fls. 696 e 698/678).

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Trata-se da liquidação da r. Sentença proferida às fls. 340/347.

A presente liquidação se desenvolveu por arbitramento de *expert* nomeado, que mensurou os valores devidos.

Nesse sentido, foram três os valores estabelecidos pelo perito: relativo ao transporte; relativo ao material didático; relativo à complementação do curso (matrícula e mensalidades).

Sobre os valores apurados a título de transporte e material didático, as partes concordam com o laudo, o que dispensa maiores elucubrações, inclusive em razão dos valores indicados serem razoáveis, fixando-se, assim, R\$ 150,00 ao ano a título de material didático necessário para o acompanhamento do curso, e R\$ 170,00 ao mês a título de transporte.

Por outro giro, no que toca os valores referentes à complementação do curso, o i. perito elaborou 2 calculos. No primeiro considerou o valor bruto total das mensalidades; no segundo, o valor com o desconto oferecido pela faculdades àqueles que viessem a se matricular na instituição a época.

Ora, se a ré estava oferecendo desconto a todos, indistintamente, que viessem a se matricular, conforme fls. 663 e 676, conclui-se que o desconto também deva incidir sobre o valor ora apurado, sendo abrangido também o autor pelo desconto.

Cabe lembrar o que constou na decisão liquidanda: "... até o limite do valor das mensalidades que a ré habitualmente cobra".

Dessa forma, adota-se o valor calculado com desconto, ou seja, R\$ 568,80 ao mês.

Importante destacar que, consoante art. 84 §1º do Código de Defesa do


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Consumidor, com a vontade do autor a obrigação pode ser convertida em perdas e danos, o que ocorre no presente caso. A realização do curso em outra faculdade, pagando a ré o montante mensal acima encontrado, não é obrigação subsidiária. É "alternativa", opção garantida ao consumidor/autor.

Assim, no presente caso, o laudo pericial deve ser acolhido, uma vez que mensurou a contento os valores, incidindo o desconto, perfazendo um total de R\$ 11.269,22.

Ante o exposto, julgo liquidado o débito no montante de R\$ 11.269,22, com correção pela tabela prática do TJ/SP a partir de agosto/2015 (data do cálculo pelo perito), e juros moratórios 1% ao mês desde a citação na fase de conhecimento.

Ante a resistência oferecida, condeno a parte ré ao pagamento de honorários sucumbenciais, pela fase de liquidação, no valor de R\$ 500,00 (STJ. REsp 978.253/SE. DJU 16.09.08 e STJ. AgRg REsp 1195446/PR. DJe 08.02.11).

Transitada em julgado, aguarde-se a provocação do cumprimento de sentença, pelo vencedor, por 06 meses; nada sendo requerido, arquivem-se.

P.R.I.

São Carlos, 16 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**